



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1282

## A América portuguesa nos livros didáticos

Karla Maria da Silva (UEM)  
Lupércio Antonio Pereira (UEM)

**Resumo:** Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa ainda em execução, que consiste em analisar o distanciamento entre o debate acadêmico e o contido nos livros didáticos de História, no que diz respeito aos conteúdos referentes ao Brasil do período colonial. Nesta comunicação, discutimos a forma como estes conteúdos são apresentados em livros didáticos de Ensino Fundamental e Médio, de circulação nacional, adotados em Maringá-Pr. Em relação a tal temática, tem se verificado no universo acadêmico significativa retomada de seus estudos, o que vem trazendo novos elementos para sua compreensão e delineando uma ruptura com antigas abordagens históricas. As novas análises questionam o binômio colônia *versus* metrópole e apontam a relação entre Brasil e Portugal como uma questão mais complexa do que sugerem as análises clássicas; a partir da ideia de “império marítimo português” e de pesquisas que focam a dinâmica interna da América portuguesa, essa nova historiografia chegou a problematizar o próprio conceito de antigo sistema colonial e a criticar a ênfase deste modelo explicativo na produção voltada para fora, considerando-o insuficiente para entender a complexidade da sociedade então estabelecida. Até o momento, a análise dos livros didáticos tem indicado que, apesar dessa renovação em torno dos estudos do Brasil colonial, o modelo teórico-metodológico aplicado aos conteúdos em questão, ainda não apresenta uma renovação significativa, e continua vinculado às abordagens tradicionais, o que de fato evidencia uma defasagem e um descompasso entre o saber acadêmico e o saber escolar, como sugeria a hipótese inicial da pesquisa.

**Palavras-chave:** América portuguesa; Historiografia; Livro Didático.

Notadamente nas últimas duas décadas, vem se observado uma retomada dos estudos sobre a América portuguesa, os quais, durante um longo período, não tiveram prioridade na agenda de grande parte dos historiadores, ou seja, foram “relegados a um segundo plano pouco honroso”, como escreveu Laura de Mello e Souza (2009, p. 63).

Esses estudos vêm trazendo novos e importantes elementos para a compreensão da história do período em questão, mas um aspecto chama especial atenção: é possível identificar uma ruptura com antigas abordagens históricas

relacionadas ao Brasil colonial. Por exemplo, a visão dicotômica da relação entre colônia e metrópole e da contradição de interesses entre colonos e reinóis mostrou-se insuficiente para a reconstituição da história da América portuguesa e vem sendo superada. Essas novas análises apontam a relação entre Brasil e Portugal como uma questão muito mais complexa do que sugere o binômio colônia *versus* metrópole.

Com base nesse olhar mais atento para a complexidade das relações entre Brasil e Portugal e dos questionamentos em torno dos conflitos existentes entre metrópole e colônia, vem se consolidando a ideia de “império marítimo português” - expressão disseminada por Charles Boxer. Nesse caso, o Brasil, assim como as possessões da África e da Ásia, aparece como parte integrante de Portugal, como extensão de seu território.

Foi no início da década de 1970 que começaram a aparecer novos posicionamentos em relação à interpretação histórica do período colonial no Brasil. As formulações consagradas pela chamada *escola paulista*, cujos expoentes são Caio Prado Junior e Fernando Novais, passaram a ser alvo de muitas críticas, formuladas a partir de novas pesquisas e reflexões, cujo foco era dirigido para a dinâmica interna da sociedade colonial. Ciro Flamarion Cardoso é um dos expoentes dessa nova corrente historiográfica. Mesmo aceitando a tese da subordinação da produção colonial ao mercado externo, ele criticou, conforme notou Claudinei Mendes (1997, p. 43), a “visão monolítica” de Caio Prado, e apontou para as “brechas do sistema” e para as “reações dos colonos”, dando maior atenção à autonomia das estruturas socioeconômicas da colônia.

A partir das formulações de Ciro Flamarion, uma nova geração de historiadores se voltou para o estudo da dinâmica interna da sociedade colonial, trabalhando com novas fontes, como séries estatísticas, testamentos, registros de entrada e saída de tropeiros, listas portuárias de entradas e saídas de embarcações (ligadas ao comércio atlântico e ao comércio de cabotagem), almanaques comerciais, etc.

Assim, muitos historiadores deixaram de olhar exclusivamente para as relações externas do sistema colonial, ou seja, para o comércio voltado para o Atlântico e seus desdobramentos, e voltaram suas atenções para o interior da colônia. Um grupo significativo dessa nova corrente de historiadores - corrente esta,

fortalecida a partir da década de 1990 - e que se autodenomina Antigo Regime nos trópicos (ART), concentrou-se no Rio de Janeiro e, por esse motivo, tem sido chamado por alguns historiadores de “escola do Rio”.

Dentre os historiadores brasileiros que têm se destacado por seus trabalhos relativos à América portuguesa merecem especial atenção: João Luís Fragoso (*Homens de Grossa Aventura*, de 1998), Maria Fernanda Bicalho (*A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa*, de 2003); Antônio Carlo Jucá de Sampaio (*Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro – 1650/1750*, de 2003); e Manolo G. Florentino (*Em Costas Negras*, de 1992).

Também pesquisadores estrangeiros têm ocupado lugar de relevo junto à produção historiográfica referente ao tema, como é o caso do português Nuno Gonçalo F. Monteiro (*Elites e Poder. O Antigo Regime e o liberalismo*, de 2003), e de Antônio Manuel Hespanha (*Poder e Instituições no Antigo Regime. Guia de Estudos*, de 1992), que apesar de não desenvolverem estudos específicos acerca do Brasil, ao esmiuçarem Portugal da era moderna inevitavelmente acabaram abordando questões referentes à América portuguesa e complementando as investigações sobre o período colonial do Brasil.

Devemos ainda fazer referência aos historiadores britânicos Charles R. Boxer (*O Império Marítimo Português*, de 1961, mas só publicado no Brasil em 2002) e a A. J. Russell-Wood (*Escravos e Libertos no Brasil Colonial*, de 2005), e também ao já citado brasileiro Ciro Flamarion Cardoso (*O Trabalho na América Latina Colonial*, de 1985) - falecidos respectivamente em 2000, 2010 e 2013 – os quais muito contribuíram para o aprofundamento dos estudos coloniais e abriram caminhos para as novas análises interpretativas desenvolvidas por pesquisadores como os acima mencionados. Assim sendo, o estudo do Brasil colonial tem ganhado amplo espaço nos debates acadêmicos nas últimas duas décadas e, conseqüentemente, novas possibilidades de interpretação.

Esses novos estudos (os quais analisam as mais variadas facetas da América portuguesa: a economia, a administração, as relações de poder, a diplomacia, a governança dos povos, os aspectos culturais, etc.) trazem inúmeros e importantes elementos para a compreensão da história do período em questão, mas um aspecto chama especial atenção: é possível identificar neles uma ruptura

com antigas abordagens históricas relacionadas ao Brasil colonial. Além disso, é importante destacar que essas novas abordagens não apontam apenas uma divergência teórico-metodológica em relação às antigas, mas também, uma superação delas.

Cabe lembrar que como “antigas abordagens” compreende-se aqui aquelas feitas a partir da interpretação de Caio Prado Junior e de seus “discípulos” - como se costuma dizer – entre os quais se destaca Fernando Antônio Novais. Em contrapartida, as “novas abordagens” seriam aquelas oriundas dos novos estudos mencionados linhas acima.

A despeito disso, a pesquisa que desenvolvemos tem revelado que, nos livros didáticos, o modelo teórico-metodológico aplicado à análise dos conteúdos referentes ao tema, ainda não apresenta uma renovação significativa, ou seja, continua vinculado às abordagens tradicionais consagradas pela chamada escola paulista, cujo principal expoente é Caio Prado Junior.

Ao analisarmos alguns livros didáticos de História, de circulação nacional, adotados na cidade de Maringá-Pr, essa permanência quanto ao aporte teórico-metodológico pode ser facilmente verificada, uma vez que os conteúdos relativos à América portuguesa são apresentados, quase que imperativamente, à partir da perspectiva da exploração econômica da colônia pela metrópole, da dependência do mercado externo, da não formação de um mercado interno, da rivalidade entre os dois lados do Atlântico, etc.

Dentre os livros didáticos de História, de Ensino Fundamental e Médio, adotados em Maringá, selecionamos aqueles que foram os mais escolhidos entre os professores da disciplina. Passemos à análise dos livros selecionados.

De modo geral, os livros selecionados apresentam uma ligação bastante com a perspectiva analítica de Caio Prado. Como afirmado anteriormente, essa ligação se manifesta, principalmente, pela alusão à ideia de exploração, e suas variáveis, assim como pelo acento às relações voltadas para o universo Atlântico. Isso pode ser observado nos mais variados aspectos do período colonial, mas fica mais evidente quando a temática em questão está relacionada à escravidão e à economia colonial.

Vejamos, por exemplo, o contido no livro *Novo Olhar*. No capítulo A conquista e a colonização portuguesa na América, destaca-se uma seção intitulada Africanos

no Brasil, na qual, ao relacionar escravidão e mercantilismo, seus autores demonstram seu alinhamento à tese de Fernando Novais, no que diz respeito à exploração da colônia e sua contribuição para o processo de acumulação primitiva. Abaixo, a passagem em que isso se verifica:

A utilização da mão de obra escrava nas colônias americanas está relacionada ao contexto de expansão dos Estados europeus mercantilistas, ocorrida entre os séculos XV e XVIII. A substituição do escravo indígena pelo escravo africano também está ligada às práticas mercantilistas. (PELLEGRINI; DIAS; GRIMBERG, p. 101, 2010)

No entanto, é importante ressaltar que os autores dos livros submetidos à análise, quase que invariavelmente, demonstram ter conhecimento das novas abordagens desenvolvidas, principalmente, pela escola do Rio. Em alguns deles, percebe-se mesmo um esforço de atualização no trato da história do período colonial. Essa tentativa de atualização ora aparece em capítulos isolados, como é o caso dos que tratam da História da África, ou em boxes na lateral sobre um tema específico, o que já constitui um indicador dos limites dessa pretensa atualização.

No caso de do livro *Radix: História*, de Cláudio Vicentino, essas “atualizações” não passam de acréscimos, uma espécie de nota à margem, pois as possibilidades de reinterpretação da história colonial enunciadas nestas partes isoladas não se incorporam ao restante da obra quando esta trata especificamente dos grandes temas da história da América Portuguesa, como o tráfico africano, a escravidão, o funcionamento da economia, da administração pública e do sistema de poder do período colonial. Esses acréscimos não se incorporam ao espírito geral do livro e não alteram a essência de sua interpretação da história da América Portuguesa, que se mantém, no geral, nos limites da linha interpretativa inaugurada por Caio Prado Júnior e pela chamada “escola paulista”. Vejamos dois exemplos.

Exemplo 1 – História da África e Tráfico africano:

O simples fato de o livro incorporar um capítulo dedicado a fornecer ao estudante uma síntese da história da África antes de seu estreitamento de relações com o Ocidente europeu, já denota um meritório esforço de atualização de seu autor. Trata-se do capítulo 6, cujo título é “África: dos primeiros humanos ao tráfico de escravos” (VICENTINO, p. 125-144, 2010). Esse capítulo é razoavelmente bem sucedido em sua intenção de mostrar que a África tinha uma dinâmica interna

própria até sua história conectar-se à história do Ocidente europeu na era dos descobrimentos.

Apoiando-se em diversos pesquisadores europeus, canadenses e norte-americanos, especializados na história africana e na história do tráfico, o capítulo consegue transmitir informações cruciais para uma interpretação menos unilateral, mais complexa e nuançada da escravidão e do tráfico africano: a África não é um continente homogêneo, possuindo muita diversidade climática, cultural, étnica, nível civilizacional etc.; a África já havia desenvolvido formas estatais complexas (reinos, impérios) antes da chegada dos europeus; a escravidão era uma instituição muito antiga nas sociedades africanas; o tráfico africano não foi uma invenção europeia, pois existia um ativo comércio de escravos entre várias regiões africanas antes da chegada dos europeus; o tráfico africano recrudescer após as conquistas árabes e ganhou novas rotas terrestres, extrapolando o continente africano por rotas marítimas estabelecidas no Mar Vermelho e no Oceano Índico. Sobretudo na primeira parte do capítulo, é possível perceber o protagonismo das sociedades, dos estados africanos, dos árabes e de povos islamizados no tráfico de escravos.

Entretanto, em outra parte do livro, quando trata do tráfico para o Brasil, o autor recai nas velhas interpretações de uma história unilateral em que apenas o europeu exerce um papel ativo nessa história. Aos africanos caberia apenas um papel passivo de vítimas. Vejamos um exemplo:

Nesse contexto, a mão de obra negra africana, que já era utilizada pelos portugueses desde o século XV nas fazendas das ilhas da Madeira e de Cabo Verde, surgiu como uma alternativa. Além disso, a comercialização e o tráfico de escravos para várias regiões do mundo era uma atividade bastante rentável para comerciantes e para a Coroa. Assim, a opção pela escravidão negra atendeu a vários interesses: amenizou os conflitos entre senhores e missionários jesuítas; solucionou o problema de mão de obra para as novas atividades econômicas; garantiu mais uma fonte de lucro para a metrópole com o comércio de africanos escravizados. (VICENTINO: 242)

Caçados a laço pelos comerciantes, muitos africanos fugiam para o interior da África. Para facilitar sua captura, os traficantes passaram a estimular as guerras entre os próprios africanos. **Os chefes dos povos vencedores, seduzidos por diversos produtos**, negociavam os prisioneiros de guerra por meio do *escambo*, trocando-os por tabaco, tecidos, cachaça, arma, joias, vidros e outros produtos oferecidos pelos traficantes. (VICENTINO, p. 243, 2010) **[grifos nossos]**

Nota-se, no excerto acima, que a história africana e o protagonismo de suas camadas dirigentes praticamente desaparecem do enredo histórico. Agora, os agentes da história são os europeus. São os comerciantes que “caçam a laço” os escravos no litoral e, quando a população africana foge para o interior, os traficantes europeus passaram “a estimular as guerras entre os próprios africanos”. Nessa formulação, a classe dirigente africana passa a ser a parte ingênua e passiva no negócio: os chefes africanos eram “seduzidos” por inescrupulosos comerciantes europeus, aceitando trocar homens por produtos de somenos importância como tabaco, cachaça, arma, joias, tecidos etc.

Assim, o livro não incorpora em sua interpretação de fundo as contribuições dos recentes estudos sobre a história do tráfico africano. Sabemos hoje, por esses novos estudos, que o tráfico africano era uma via de mão dupla: a demanda na margem americana do Atlântico correspondia a uma oferta regular, contínua e barata nas margens africanas do Atlântico e do Índico. Por isso, soa impróprio afirmar que a escravidão africana tenha sido uma “opção” unilateral dos europeus na colonização da América. Não haveria essa “opção” sem a oferta garantida pelos reinos e senhorios africanos.

Exemplo 2 – Visão sobre a natureza da economia colonial.

Nota-se, aqui também, uma preocupação do autor em inserir algumas contribuições da nova historiografia econômica sobre o período colonial. À página 246, ainda tratando da escravidão e do tráfico, o autor usa a expressão “comerciante de grosso trato”, numa clara referência à obra *Homens de Grossa Aventura*, de João Luís Fragoso, e admite que, no século XVIII, essa categoria social formada na colônia “crescera em poderio econômico, chegando a formar o grupo social que se apropriara dos maiores lucros coloniais, sendo alguns donos das maiores fortunas da América portuguesa”, acrescentando, em seguida, que “vários deles se transformaram em grandes traficantes de escravos e fornecedores de empréstimos.” (VICENTINO, p. 246, 2010). Em outra parte do livro, o autor também admite que “a dominação exercida pela metrópole não impediu o desenvolvimento de outras atividades econômicas coloniais” e que o comércio interno de alimentos e de escravos “contavam com atuações de muitos colonos aqui residentes”. Chega a admitir, ademais, que alguns comerciantes da colônia “chegaram mesmo a firmar intercâmbios de áreas coloniais com áreas mais distantes, como regiões africanas e

outras que estavam além do domínio português, como a do rio da Prata, na América”. (VICENTINO, p. 239, 2010).

Essa formulação, entretanto, não está em harmonia com o restante da obra. Ver, por exemplo, a página 241, onde o autor recai na velha dicotomia entre produção para exportação versus produção de subsistência. Ou, então, ao insistir no conceito “produção voltada para fora”, formulação típica da historiografia vinculada à Teoria da Dependência. Exemplo maior de apego à velha história econômica aparece na página 201, quando trata do “mercantilismo e a colonização da América”. Aqui, diz expressamente o autor:

As colônias americanas desempenharam um importante papel na política mercantilista. Elas forneciam matéria-prima para a fabricação dos produtos manufaturados europeus e metais preciosos para cunhar moedas, principal fonte de riqueza no mercantilismo. Também consumiam os produtos manufaturados europeus, já que não podiam fabricar produtos semelhantes (o comércio de manufaturados na colônia era monopólio de algumas companhias europeias). A exploração econômica das colônias por parte dos monarcas europeus ficou conhecida como política colonialista. Ela transformou a América e a África em regiões subordinadas no sistema econômico das metrópoles. Essa relação, na qual as colônias transformavam-se em verdadeiros quintais de suas metrópoles, ficou conhecida como **pacto colonial**. (VICENTINO, 201, grifos do autor)

Como se vê, no trecho acima, o autor reproduz claramente a formulação de Fernando Novais. Em outra passagem, em um box onde discute o tema “produto de exportação x produto de subsistência” (o próprio tema já indica sua filiação teórica), Vicentino não deixa dúvidas quanto ao seu comprometimento com a perspectiva caiopradiana, ao atribuir às frequentes crises de abastecimento do período colonial à avidez por lucros relacionados à produção do açúcar, por parte dos produtores. Vejamos o que escreveu Caio Prado sobre a escassez de farinha de mandioca na Bahia na passagem do século XVIII para o XIX:

Mas nenhum deles [os críticos da legislação que obrigava os produtores de cana-de-açúcar a plantar mandioca] se lembrou de discutir o verdadeiro problema: a fome que periodicamente afligia o Recôncavo. Por que se lembrariam dela, quando os largos proventos que tiravam do açúcar lhes davam de sobra para pagar os preços, que para eles não eram altos, dos gêneros que consumiam? (PRADO JR, p. 165, 1997) [grifos nossos]

Agora, vejamos o que escreveu Vicentino sobre a mesma questão:

Na época colonial, ênfase na produção para exportação provocou, muitas vezes, a falta de produtos de subsistência, gerando preços altos, fome e inquietações sócias. Para contornar tais problemas, foram criadas leis que obrigavam os colonos a produzir artigos de subsistência, como a mandioca. Contudo, por todo o período colonial, tais leis esbarravam nos interesses de muitos senhores que, por sua vez, não as acatavam. Em decorrência disso, na década de 1790, o preço da mandioca triplicou em quatro anos. (VICENTINO, p. 241, 2013)

Nos outros livros, como em História Global, de Gilberto Cotrim, por exemplo, a atualização relacionada aos pressupostos teórico-metodológicos também é cosmética; a interpretação de fundo, não é alterada. Seções especiais foram acrescentadas à guisa de incorporação das novas interpretações, mas nota-se que elas são alheias ao fio condutor da narrativa histórica do autor. Note-se, por exemplo, no box “Em questão” da página 31, onde, ao discutir o tema “mercado interno na colônia”, o autor faz questão de apontar para os novos estudos:

Apesar da importância do latifúndio exportador, as atividades econômicas dirigidas ao mercado externo não foram as únicas praticadas no período colonial. Este é um ponto importante destacado pelas novas correntes historiográficas que estudam a economia colonial brasileira... (COTRIM, p. 31, 2013)

Mais adiante, Cotrim recai na historiografia “uspiana” das décadas de 1970/80; ao tratar do predomínio da escravidão africana como mão de obra, apoia-se nas explicações mais tradicionais da historiografia e, ainda, na polêmica e muito criticada interpretação de Fernando Novais, de que a opção pelo escravo africano era para concentrar os lucros do tráfico na metrópole. O autor chega a destacar literalmente a concepção de Novais:

Além desses apontamentos, destacamos, também, a interpretação do Historiador Fernando Novais, segundo a qual a preferência pela escravização dos africanos foi principalmente motivada pelos lucros gerados com o tráfico negreiro, que se inseria na “engrenagem do sistema colonial” montado no Brasil. (COTRIM, p. 35, 2013)

No entanto, Cotrim não confronta essa tese com as novas interpretações sobre o tráfico negreiro, apresentadas principalmente por Manolo Florentino, pelo historiador congolês M'Bokolo, por Costa e Silva, por Livejoy, entre outros. Com isso, a tentativa de inserção das novas contribuições sobre a importância do mercado

interno, das possibilidades de acumulação endógena e da participação dos mercadores brasileiros no tráfico africano, parece algo apenas burocrático.

*Projeto Araribá – História*, livro organizado pela Editora Moderna, apresenta as mesmas características encontradas nos livros de Vicentino e Cotrim: insinua-se o conhecimento das novas abordagens, mas, via de regra, o núcleo duro da interpretação histórica de seus autores, ainda permanece comprometido às antigas abordagens.

Ligeiro avanço quanto à internalização dos novos estudos pode ser verificada apenas em dois dos livros analisados: *História: das cavernas ao terceiro milênio*, de Patrícia R. Braick e Myrian Mota, e *História: Sociedade e cidadania*, de Alfredo Boulos; neles são feitas diversas referências em relação à nova historiografia.

Boulos, principalmente, faz questão de salientar a ideia de que a colônia era mais que uma *plantation* e dedica um extenso trecho à discussão acerca da diversificação agrícola na América portuguesa, destacando a produção de fumo, aguardente, algodão, cacau, assim como a pecuária (p. 85, 2013). O autor também apresenta no livro uma passagem referente aos comerciantes, ressaltando sua importância para a dinâmica colonial e assinalando a formação de fortunas internas geradas a partir do tráfico de escravos (p. 86, 2013).

Contudo, o cerne da interpretação de Boulos acerca do período colonial ainda se mostra preso à ideia da produção voltada para o mercado externo. Mesmo quando aponta para a diversificação agrícola, sua atenção se volta, instintivamente, para o plano externo, uma vez que, em seu entendimento, também parte significativa dessa produção de gêneros diferentes do açúcar, tinha como destino a Europa. O autor não demonstra as implicações dessa diversificação para o mercado interno, o qual, aliás, não é nem mesmo mencionado.

O mesmo se apresenta no livro escrito por Braick e Mota. As autoras também destacam a existência de outras atividades além da *plantation*, mas ao caracterizarem a economia colonial, foram categóricas ao afirmar que “em linhas gerais, a economia colonial na América portuguesa caracterizou-se pela exploração da mão-de-obra escrava, pelo latifúndio, pela cultura de produtos tropicais e pela exploração de metais e pedras preciosas” (p. 43, 2013). E na continuação desse trecho, ao mencionarem outros gêneros produzidos na colônia, caem no mesmo lugar comum das antigas interpretações:

outras atividades também desempenharam papel importante, coexistindo com aquelas que interessavam mais diretamente à política mercantilista metropolitana. A produção de açúcar foi a primeira dessas atividades estratégicas. A implantação da agroindústria açucareira articulou a América, centro da produção, e a África, fornecedora de mão-de-obra, e ajudou a contornar a crise da economia portuguesa... (BRAICK; MOTA, p. 43, 2013)

Assim sendo, diante do exposto, observa-se que a nova forma de encarar o Brasil colonial, não vem sendo refletida nos conteúdos dos livros didáticos e as discussões travadas no universo acadêmico sobre a América portuguesa ainda não foram disseminadas, configurando, dessa maneira, uma grande distância entre o debate acadêmico e o contido nos livros didáticos.

## Referências

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *O Trabalho na América Latina Colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro Fragoso. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Poder e Instituições no Antigo Regime. Guia de Estudos*. Lisboa: Cosmos, 1992.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *Elites e Poder. O Antigo Regime e o liberalismo*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração da América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Política e Administração Colonial: problemas e perspectivas*. In: SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, M. Fernanda (orgs.). *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009.